



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da própria banca

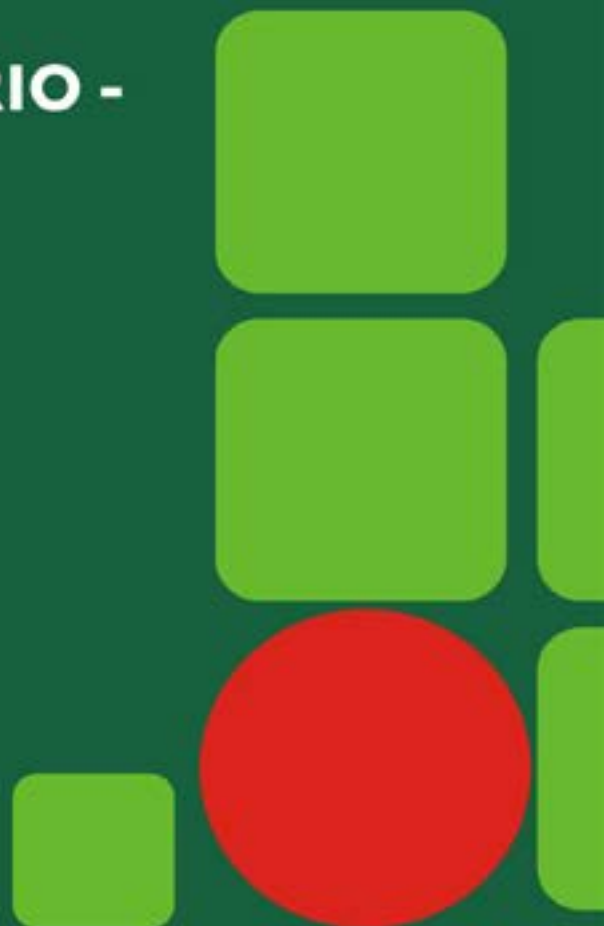
IFSP

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

PROFESSOR DE MAGISTÉRIO - PEDAGOGIA

- Conhecimentos Pedagógicos
- Legislação
- Conhecimentos Específicos

DE ACORDO COM EDITAL Nº 183/2026



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

IFSP

Professor de Magistério - Pedagogia

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Professor de Magistério - Pedagogia de acordo com o Edital nº 183/2026, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca IFSP (Comissão Organizadora do Concurso Público), organizadora contratada para a realização do certame, também um complemento de bancas variadas, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS.....	9
■ EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO ESCOLAR, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E PAPEL DO PROFESSOR.....	9
■ RELAÇÕES ENTRE TRABALHO EDUCATIVO, FORMAÇÃO HUMANA E SOCIALIZAÇÃO DO SABER	11
■ ARTICULAÇÕES ENTRE ENSINO, DESENVOLVIMENTO HUMANO E PROJETO DE SOCIEDADE	13
■ MEDIAÇÃO DIDÁTICA	15
■ PLANEJAMENTO	16
■ AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	17
■ EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E DIVERSIDADE: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS....	20
■ EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS	24
LEGISLAÇÃO	33
■ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	33
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	33
Seção I - Disposições Gerais	33
Seção II - Dos Servidores Públicos	43
DA ORDEM SOCIAL.....	46
Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto	46
Capítulo IV - Da Ciência, Tecnologia e Inovação	52
Capítulo VII - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso	53
■ LEI N. 8.069/1990 - DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	55
PARTE GERAL	55
Artigo 1º ao 24	55
Artigo 53 ao 58.....	64
PARTE ESPECIAL.....	65
Artigo 131 ao 140	65
■ LEI N. 8.112/1990 - REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO	68

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	68
TÍTULO II - DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO	68
TÍTULO III - DOS DIREITOS E VANTAGENS	71
TÍTULO IV - DO REGIME DISCIPLINAR	77
TÍTULO V - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	81
■ LEI N. 8.429/1992 - ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	82
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	82
CAPÍTULO II - DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	85
CAPÍTULO III - DAS PENAS	89
■ LEI N. 9.394/1996 - ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (DO ARTIGO 1º AO 67)	91
■ LEI N. 11.892/2008 - REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	115
■ LEI N. 12.772/2012 - DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL	124
■ LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 - INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA)	133
TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	133
TÍTULO II - CAPÍTULO IV E IX	136
DO DIREITO À EDUCAÇÃO	136
Do Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer	138
TÍTULO III - DA ACESSIBILIDADE	139
TÍTULO IV - DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	143
■ DECRETO N. 1.171/1994 - CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	143
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	161
■ PEDAGOGIA COMO CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO	161
SABERES PEDAGÓGICOS E ATIVIDADE DOCENTE; FORMAÇÃO DE PROFESSORES: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS	161
■ FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	161
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESCOLA	161
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS LIBERAIS E PROGRESSISTAS	163

DECOLONIZAÇÃO E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS AFRODESCENDENTE E INDÍGENA.....	166
■ FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	168
RELAÇÃO ESCOLA-SOCIEDADE: SOCIOLOGIA FUNCIONALISTA, SOCIOLOGIA COMPREENSIVA, MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO	168
RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA E A FORMAÇÃO OMNILATERAL	170
HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA, REPRODUÇÃO E CONTESTAÇÃO: O PAPEL DA ESCOLA NA SOCIEDADE DE CLASSES.....	172
EDUCAÇÃO DECOLONIAL, ANTIRRACISTA E INTERCULTURAL	173
■ HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	175
EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE, NA IDADE MÉDIA EUROPEIA; EDUCAÇÃO, ESTADO MODERNO E PROJETO EDUCATIVO.....	175
EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA ÓTICA EUROCÊNTRICA: EDUCAÇÃO NAS SOCIEDADES TRADICIONAIS, PROPOSTAS EDUCACIONAIS DE MATRIZES AFRICANAS E INDÍGENAS, EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL	175
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	177
■ PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO:	177
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM E SUAS IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS: COMPORTAMENTALISMO, EPISTEMOLOGIA GENÉTICA DE PIAGET	177
TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL E A ESCOLA DE VYGOTSKY	178
TEORIA PSICOGENÉTICA DE WALLON	179
RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO, RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA ESCOLA E (IN)DISCIPLINA.....	180
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	182
BULLYING, PRECONCEITOS E ESTEREÓTIPOS, RACISMO, VIOLÊNCIA NA ESCOLA, SUCESSO E FRACASSO ESCOLAR.....	182
■ DIDÁTICA	184
EDUCAÇÃO, ESCOLA E ENSINO: O PAPEL DA DIDÁTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES, DIDÁTICA CRÍTICA NO BRASIL E CONCEPÇÃO DE ENSINO	184
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, RELAÇÕES ENTRE PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, CURRÍCULO E PLANEJAMENTO DO ENSINO	185
TRABALHO COM O CONHECIMENTO E PLANEJAMENTO DA AULA.....	186
MÉTODO DE ENSINO EM SUA ARTICULAÇÃO A FINALIDADES EDUCATIVAS E CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO	187
■ POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	188
RELAÇÕES ENTRE ESTADO, POLÍTICA E EDUCAÇÃO, O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR, EDUCAÇÃO COMO DIREITO: POLÍTICAS PARA ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	188

A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: REFORMAS EDUCACIONAIS E PLANOS DE EDUCAÇÃO, A ESCOLA PÚBLICA E A GESTÃO ESCOLAR, PROGRAMAS E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	190
ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO	192
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E LEGAIS, FORMAÇÃO INTEGRAL E OMNILATERAL, POLITECNIA, O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO, POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	194
■ EDUCAÇÃO INCLUSIVA	196
PRINCÍPIOS E ASPECTOS CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA	196
ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, POLÍTICAS E DOCUMENTOS ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	198
DESENVOLVIMENTO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS: ACESSIBILIDADE E APRENDIZAGEM ESCOLAR	200
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NOS DIVERSOS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO	201
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	204

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO ESCOLAR, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E PAPEL DO PROFESSOR

EDUCAÇÃO COMO PROCESSO SOCIAL E SUAS FORMAS

A educação é um processo de formação humana que acompanha a vida social em todas as suas esferas, e não apenas um serviço prestado por instituições de ensino. A Lei nº 9.394, de 1996, abre com essa amplitude ao afirmar, no art. 1º, que a educação abrange os processos formativos desenvolvidos na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais.

Costuma-se distinguir três formas desse processo, conforme o grau de intencionalidade e de organização que cada uma apresenta. A educação informal ocorre de maneira difusa na vida cotidiana, sem propósito deliberado de ensinar, como quando o jovem aprende normas de convivência observando os adultos. A educação não formal tem intenção educativa, mas se organiza fora da escolaridade regular, em cursos livres, programas comunitários e ações de extensão. A educação formal se realiza em instituições próprias, com currículo, progressão, avaliação e certificação.

A lei restringe o próprio alcance à educação escolar, conforme o § 1º do art. 1º, e determina no § 2º que essa educação se vincule ao mundo do trabalho e à prática social. A vinculação não é declaração de intenções, porque orienta a seleção de conteúdos e justifica que um curso técnico parta de situações reais de produção para chegar aos fundamentos científicos que as explicam.

A Constituição define a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, e reúne no art. 205 três finalidades, o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. As três aparecem no mesmo dispositivo e não admitem hierarquia, de modo que a formação para o trabalho não autoriza o abandono da formação cultural e política.

O ser humano não nasce com a humanidade pronta, pois aquilo que o define, da linguagem ao domínio técnico, foi produzido coletivamente ao longo da história e precisa ser apropriado por cada indivíduo. A educação existe porque essa apropriação não é automática nem biológica e depende de condições sociais de acesso aos bens culturais.

A diferença entre as formas de educação está no grau de intencionalidade e de sistematização, não na importância de cada uma para a vida do estudante. Aprender a operar uma máquina observando um colega experiente é aprendizado real, embora limitado ao que a situação oferece, enquanto a educação escolar organiza o percurso, explicita os fundamentos e amplia o que se pode aprender para além do caso particular.

O reconhecimento dessas formas tem consequência prática para quem atua na educação profissional, onde muitos estudantes chegam com experiência de trabalho anterior. A Lei nº 9.394, de 1996, determina no art. 3º a valorização da experiência extraescolar, o que significa tomá-la como ponto de partida do ensino, e não como substituto do conhecimento sistematizado que a instituição tem o dever de oferecer.

FORMA	ONDE OCORRE	TRAÇO DISTINTIVO
Educação informal	Família, convivência, trabalho, meios de comunicação	Sem intenção deliberada de ensinar; aprendizado difuso
Educação não formal	Cursos livres, projetos comunitários, ações de extensão	Intenção educativa fora da escolaridade regular
Educação formal	Instituições de ensino	Curriculo, progressão, avaliação e certificação

A ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR E O SABER SISTEMATIZADO

A escola é a instituição especializada na transmissão do saber sistematizado, aquele que foi produzido metodicamente, organizado em corpos de conhecimento e validado pela ciência, pela arte e pela filosofia. Essa especialização distingue a escola das demais agências educativas, pois nenhuma outra se organiza para garantir a apropriação do conhecimento elaborado por todos os estudantes.

O saber sistematizado não entra na escola em estado bruto, uma vez que precisa ser dosado e sequenciado segundo as possibilidades de assimilação dos estudantes. Esse saber dosado e sequenciado é o saber escolar, resultado de um trabalho de seleção e de organização que cabe ao professor e à instituição e se materializa no plano de ensino.

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I - Disposições Gerais

A **Administração pública** tem suas regras disciplinadas nos arts. 37 a 41, da CF, de 1988.

Art. 37 *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

Conforme se observa do *caput*, do art. 37, a Administração pública divide-se em **Administração pública direta**, que é composta pelos quatro entes federativos (União, estados, municípios e Distrito Federal), e **Administração pública indireta**, composta pelas autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas.

Via de regra, a Administração pública submete-se a um regime jurídico de direito público, ou seja, a sua atuação independe da concordância dos administrados, pois se funda na própria soberania estatal.

O regime jurídico de direito público faz com que a Administração se sujeite a limites, que, por vezes, são mais estritos do que aqueles a que estão submetidos os particulares. Como exemplo, se pode citar o dever de observância da finalidade pública.

Esse regime de prerrogativas e sujeições para a Administração pública encontra-se expresso em forma de princípios. De acordo com o dispositivo, são princípios que regem a Administração pública direta e indireta: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O **princípio da legalidade** estabelece a sujeição da Administração pública aos mandamentos da lei. A legalidade traduz o sentido de que a Administração pública somente pode fazer o que a lei manda ou permite, bem como somente pode proibir o que a lei expressamente proíbe.

O **princípio da impessoalidade** traz a neutralidade necessária para o exercício da atividade administrativa. Destinado tanto ao administrador como ao administrado, esse princípio impõe a objetividade e a isonomia da conduta administrativa.

O **princípio da moralidade** diz respeito à moral administrativa. Segundo ele, os atos da Administração pública devem ser balizados nas matrizes éticas dominantes. A finalidade do princípio é fixar limites à atuação da administração, evitando, por exemplo, o excesso de poder ou desvio de finalidade.

O **princípio da publicidade** exige a divulgação dos atos da Administração pública com o objetivo

de permitir o conhecimento e o controle por toda a sociedade, pois ao administrador compete agir com transparência.

Por fim, o **princípio da eficiência** impõe à administração a obrigação de realizar suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pois quem administra gere algo que pertence à sociedade. Assim, cabe ao administrador zelar pelos interesses públicos com plena satisfação do administrado e com o menor custo para a sociedade.

Dica

Para memorizar os princípios, utilize o mnemônico **LIMPE**:

- Legalidade;
- Impessoalidade;
- Moralidade;
- Publicidade;
- Eficiência.

Art. 37 [...]

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

No que se refere à forma de acesso por brasileiro naturalizado, há de se esclarecer, inicialmente, que se trata dos **cargos não privativos de brasileiros natos**, uma vez que os cargos privativos de brasileiro nato constam expressamente no § 3º, art. 12, da CF, de 1988.

Observa-se que os cargos não privativos de brasileiros natos podem ser preenchidos por brasileiros (natos ou naturalizados) de forma ampla. Vale frisar que pode a lei estabelecer requisitos limitadores, tais como formação escolar, idade, entre outros. Em contrapartida, para que o estrangeiro possa ter acesso a tais cargos, a lei deve especificar as hipóteses de admissibilidade.

Há que se fazer, aqui, duas observações quanto à aplicabilidade da norma. Com relação aos brasileiros, a norma constitucional é de eficácia contida, ou seja, todos os brasileiros têm acesso aos cargos, empregos e funções públicas. A norma infraconstitucional pode conter tais efeitos, estabelecendo critérios diferenciados. Portanto, todos os brasileiros têm acesso a todos os cargos, empregos e funções desde que a norma não se restrinja.

Já para os estrangeiros, a norma constitucional é de eficácia limitada, ou seja, para que o estrangeiro tenha acesso, faz-se necessária norma infraconstitucional regulando a hipótese. Deste modo, os estrangeiros têm acesso somente aos cargos, empregos e funções públicas que a lei autorizar.

Art. 37 [...]

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Prezado(a) estudante,

Com o intuito de oferecer o material o mais completo e didático possível, optamos por não repetir aqui os conteúdos referentes a Organização do Trabalho Pedagógico na Escola; Avaliação Educacional: Das Aprendizagens e de Sistemas; Educação Para a Diversidade, Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais; Educação Para as Relações Étnico-Raciais: Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas, Racismo e Educação Antirracista, Fundamentos e Princípios Metodológicos da Educação Antirracista; Desigualdade e Diversidade na Educação: Direitos, Desigualdade, Diversidade, Questões de Gênero, Religiosas, Culturais, de Classe; Educação em Direitos Humanos: Educação Para a Diversidade e Para os Direitos Humanos, tendo em vista que eles já foram amplamente abordados na disciplina Conhecimentos Pedagógicos

Cordialmente,

Nova Concursos.

PEDAGOGIA COMO CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO

SABERES PEDAGÓGICOS E ATIVIDADE DOCENTE; FORMAÇÃO DE PROFESSORES: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Neste ponto, falaremos brevemente sobre alguns capítulos do livro *Saberes docentes e formação profissional*, de Tardif.

O **capítulo 2** apresenta os saberes docentes como sendo sociais. A partir disso, é impossível concebê-los somente a partir do aporte cognitivo.

O autor diz que a redução do saber a processos mentais, como era pensado no behaviorismo, pode ser definida como **mentalismo**. Entretanto, Tardif também chama a atenção do leitor para o oposto extremo, ou seja, **sociologismo**, que coletiviza o saber dos professores sem que se considere seus aspectos pessoais relacionados às suas histórias pessoais, ou seja, às vivências dos docentes como indivíduos, aspectos cognitivos e emocionais e suas práticas educacionais. Ao considerar os diferentes aspectos do saber docente, o autor mostra que esse saber é plural e temporal, pois pode ser produzido em diferentes contextos.

O **capítulo 3** fala sobre os dilemas da pedagogia e a natureza do trabalho docente e apresenta as condições de trabalho do professor, suas tecnologias e os objetivos do ensino. É feita uma comparação entre o trabalho docente e o trabalho na indústria quanto aos objetivos e características. Dentre outros motivos, a complexidade do trabalho docente vem da natureza do objeto do trabalho, que é humana e que abrange aspectos sociais e individuais, percepções, resistências e identidades heterogêneas. Também é preciso considerar a relação entre os estudantes e o docente,

tanto no coletivo como individualmente, que perpassa diversos fatores que não podem ser dominados pelo docente. O produto do trabalho docente é também de difícil verificação por conta do longo prazo envolvido.

O **capítulo 7** do livro comentado discorre sobre relações entre os saberes profissionais docentes e a formação de professores, as questões que disso decorrem e suas consequências políticas.

Tardif menciona a organização e o conteúdo curricular como alguns dos problemas encontrados na formação dos professores. Veja algumas questões que apontam para um ensino baseado no modelo tradicional, em que há fracas reflexões sobre a prática:

- ensino fragmentado em disciplinas;
- teoria desvinculada da prática, na maior parte do curso.

Entender o Professor como um simples técnico executor é a implicação política do modelo tradicional de ensino, de acordo com o teórico. Nesse pensamento, para haver uma mudança na formação docente que garanta sua atuação como sujeito do conhecimento e um enfoque no processo de ensino e aprendizagem reflexivo é necessário que os saberes profissionais docentes e o status do professor sejam valorizados.

O autor articula algumas causas dos dilemas da profissão docente atualmente e possibilidades de reformar esse cenário. Os múltiplos saberes dos professores devem ser considerados na formação inicial e continuada, unindo teoria e prática e refletindo sobre o Professor em formação enquanto sujeito ativo no processo de produção de conhecimento.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO, CULTURA E ESCOLA

Cultura, Socialização e Transmissão do Patrimônio Simbólico

Chamamos de cultura o conjunto de significados, valores, técnicas e crenças que um grupo humano produz historicamente e transmite às gerações seguintes. Nesse sentido antropológico não existe sociedade sem cultura nem indivíduo que se torne humano fora dela. A educação é o processo pelo qual esse patrimônio circula entre as gerações, e a escola é uma de suas instituições. Família, igreja, trabalho e meios de comunicação participam da mesma tarefa, cada um a seu modo e com alcance próprio.

A sociologia distingue a socialização primária, realizada na família e nos grupos de convívio imediato, da socialização secundária, conduzida por instituições especializadas como a escola, as igrejas, os sindicatos e a mídia. Na primeira, a criança incorpora a língua, os afetos e as regras de convivência sem perceber que aprende, porque o ensino vem embutido na vida cotidiana.

Na segunda, o conteúdo é selecionado, graduado e avaliado por profissionais, e o aprendiz sabe que está sendo ensinado.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO